

TEMPO, HISTÓRIA E CRONOLOGIA*

Nelson Dacio Tomazi**

RESUMO:

Este artigo é uma reflexão sobre a relação entre o tempo e a história, levando-nos a uma discussão sobre as questões da cronologia e da periodização na historiografia. Enfocaremos estas questões analisando os aspectos da construção da memória histórico-espaciais da colonização do norte do Paraná.

UNITERMOS:

história, teoria, temporalidade, espacialidade, cronologia

Naquele tempo havia um homem lá. Ele existiu naquele tempo. Se existiu já não existe. Existiu, logo existe porque sabemos que naquele tempo havia um homem e existirá, enquanto alguém contar sua história. Era um ser humano que estava lá, naquele tempo, e só seres humanos podem contar histórias porque só eles sabem o que aconteceu naquele tempo.

Aquele tempo é o tempo dos seres humanos, o tempo humano.

Agnes Heller

Esta pequena reflexão sobre a relação entre o tempo e a história, tomando o tempo como um objeto obscuro da história (obscuro porque nos coloca tantas questões que muitas vezes obscurecem o nosso olhar sobre a realidade) nos deverá levar,

* Originalmente publicado em *História & Ensino*, v. 1, p. 33-39, 1995.

** Professor do Departamento de Ciências Sociais/UEL – Campus Universitário, Londrina-PR, 86051-990

mesmo que brevemente, a uma discussão sobre a questão da **cronologia** e das periodizações conseqüentes.

Estas questões estão presentes em toda a historiografia nacional ou internacional. Como estamos desenvolvendo uma pesquisa sobre a região, hoje situada ao norte do estado do Paraná, onde a questão da cronologia e das periodizações estão presentes, resolvemos fazer esta reflexão. Neste sentido é que enfocaremos mais os aspectos ligados a esta espacialidade.

Para iniciar a discussão uma pergunta se coloca como interrogação primeira: por que os homens procuram determinar e medir o tempo? O que os leva, através de vários artefatos, a querer medir o tempo? Esta questão nos levaria a fazer uma análise retrospectiva e procurar encontrar, nas sociedades humanas, as mais diversas formas de se relacionar com o tempo bem como com as possibilidades de sua determinação, o que não é o objetivo deste trabalho.

O que importa aqui é o fato que, em diferentes momentos e situações, os homens se relacionam com o tempo de modo o mais diverso possível, desde aquelas sociedades que não possuem sequer a palavra para designar o tempo, até a sociedade contemporânea, toda ela mediatizada pela temporalidade expressa nos relógios e calendário, os mais sofisticados possíveis.

Da realidade acima referida, pode-se entender que a idéia de tempo, como imaginava Kant e seus seguidores, não é algo inato nos indivíduos, mas algo que foi criado pelos homens em diferentes momentos e em situações diversas, por isso as múltiplas formas de se conceber e imaginar o tempo. Na nossa sociedade, hoje mundializada pelas formas de produção e comercialização, bem como pelos meios de comunicação de massa, há uma instituição social do tempo hegemônica que atua de modo coercitivo, sobre os indivíduos, externa e internamente, através dos múltiplos marcadores de tempo.

Neste sentido é que Norbert Elias (1989, p. 52) afirma:

[...] tempo é um conceito de alto nível de generalização e síntese, que pressupõe um acervo de saber social muito grande sobre métodos de medição de seqüências temporais sobre suas regularidades.

Deste modo, o desenvolvimento das várias formas de determinação social do tempo bem como de instrumentos cada vez mais sofisticados para medi-lo, criam entre nós a percepção de que há uma regularidade, um fluxo quase que uniforme e linear em nossa história particular, do grupo que nos rodeia, da sociedade em que vivemos e da humanidade como um todo. Vivemos num mundo onde a regularidade temporal, medida o mais detalhadamente possível, nos dá a impressão de que as coisas sempre foram assim.

Desta forma, creio que é possível agora nos aproximar da questão proposta que é a da CRONOLOGIA. Se o tempo e sua mensuração é sempre um fato socialmente determinado e criado pelos homens, dando a impressão de que há um continuum na temporalidade, o que chamamos de cronologia, é também uma criação dos homens numa dada sociedade.

As cronologias aparecem de forma mais clara nos calendários (principalmente nas datas que marcam os dias comemorativos) e como estes também são uma criação dos homens, mas principalmente daqueles vinculados ao poder (isto a historiografia já vem demonstrando até a exaustão), o que importa reter, é que sempre foi necessário para aqueles que mantêm o poder, em uma determinada sociedade, criar ou alterar os calendários, criar periodizações e novas cronologias, para enaltecer e marcar os momentos considerados, por eles, mais significativos e que deveriam estar na mente das pessoas.

Criar cronologias significa, portanto, ordenar o passado conforme determinada ótica e, isto significa controlar o passado

através do ordenamento de uma memória, definindo assim, a história como uma série de eventos constantes que num continuum temporal com uma determinada orientação, que normalmente visa a justificar as ações passadas, presentes e futuras daqueles que estão no poder.

Conforme afirma Alfredo Bosi (1992, p. 32):

A cronologia, que reparte e mede a aventura da vida e das história em unidades seriadas, é insatisfatória para penetrar e compreender as esferas simultâneas da existência social.

As cronologias como as periodizações são sempre redutoras das complexidades existentes numa dada sociedade. E reduz muito mais quando se pretende fazer periodizações envolvendo muitas sociedades, retirando delas suas especificidades e integrando-as numa unidade imaginária somente presente na mente de quem cria a periodização.

Assim as cronologias criam rupturas fictícias, ligações imaginárias entre fatos, enfim todo um mundo fantasmagórico. Surgem daí, aquelas discussões sobre quando começa e termina a Idade Média ou a Moderna, ou então aquela que coloca, no Brasil, a “revolução de 30” como um marco referencial do antes e do depois, em termos de industrialização e modernização.

Como se pode perceber será sempre problemático querer periodizar a ação dos indivíduos e das sociedades no mundo. Toda a cronologia envolve uma concepção *a priori* do que se considera mais importante para aquela realidade estudada.

Assim, se formos cristãos fundamentalistas, o início do mundo dos homens começa com Deus e depois Adão e segue uma seqüência determinada pela Bíblia até os dias de hoje. Se tomarmos como referência o desenvolvimento da técnica teremos outra periodização. Enfim dependendo de quem periodiza e de

quais os elementos que são levados em conta, teremos uma cronologia, que na maior parte das vezes está vinculada a uma situação de dominação.

Procurando relacionar esta questão com o trabalho que desenvolvemos atualmente, é nossa intenção fugir das cronologias e periodizações já estabelecidas, quando se estuda a região hoje situada ao norte do estado do Paraná.

Assim a divisão desta em “Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo” já inclui aí uma cronologia que pressupõe que algo novo apareceu, que o que havia antes dele se tornou velho e o que veio depois dele é novíssimo. Ou ainda, a divisão que se fez, ao analisar esta região, apontando a situação antes de 1930 e depois de 1930, ou antes e depois da geada de 1975.

Enfim qualquer delas, tem uma questão que deve ser mais discutida: todas elas advêm de uma visão de um continuum histórico mais ou menos homogeneizado que teve um ponto de partida único, que é a presença dos primeiros “pioneiros” que aqui chegaram para iniciar a nova ocupação das terras.

No caso específico de nosso estudo, todas essas periodizações e cronologias partem de uma visão de mundo que define a história a partir da presença dos elementos essenciais do pensamento burguês, isto é, a civilização, o progresso, a modernidade, enfim a presença do capital que tudo pode e tudo faz, principalmente, cria novos mundos.

A história para eles se inicia quando o capital chega. Este é o “Gênesis” regional. Outros chegam até a confundir todo o processo da nova ocupação desta região com a presença da Companhia de Terras Norte do Paraná, que somente colonizou 20% das terras situadas ao norte do estado do Paraná.

Recentemente, em 1990, ao ser inaugurado, o Shopping Center Catuaí, procurou-se criar uma nova cronologia. Os seus idealizadores e construtores, embevecidos com a sua “obra”

afirmaram, em revista de circulação nacional, que a história “norte-paranaense” se dividiria a partir da inauguração daquele shopping, em AC/DC, isto é, antes do Catuaí e depois do Catuaí.

Todas essas cronologias e periodizações esquecem-se de muitas coisas e procuram silenciar outras. Por exemplo, esquecem-se e silenciam o fato de que nesta região viveram muitos seres humanos, que tinham e têm uma história, uma organização social, saberes, explicações do mundo e que portanto, deveriam ser, ao menos levados em conta nesta análise histórica. São os índios que há mais de 400 anos aqui chegaram.

A maioria dos historiadores que analisa esta região simplesmente, esquece-se disso, e faz com que outros esqueçam, procurando colocar o início da história regional em meados do século XIX, quando chegaram aqueles que buscavam novas terras para o capital. Ou seja, a história se inicia quando o capital chega, quando a visão burguesa de mundo, se apropria de uma espacialidade e cria a sua história, que passa a ser a “história verdadeira”.

Os que viviam na região, hoje situada ao norte do estado do Paraná, índios, caboclos, posseiros, não só foram eliminados ou expulsos, física e territorialmente, como também a sua memória foi apagada da história “oficial”. O que nos dá um alento hoje, é que existem alguns poucos professores, escritores e pesquisadores que procuram resgatar e trazer à tona esta “outra história”, a história daqueles que estavam aqui muitos séculos antes de nós.

Neste sentido é nossa intenção desenvolver este trabalho através de temáticas que se tornam recorrentes e que estão presentes hoje e ontem, onde o hoje está sobrecarregado do ontem, pois endentemos que o passado todo está contido no presente, na forma de mensagens e sinais, de pistas que devemos decifrar, pois só aquilo que está aqui e agora é que pode ser decifrado, pois como afirma, com muita propriedade Lucien Febvre (1948, apud CERTEAU, 1982, p. 25)

[...] o passado é uma reconstituição das sociedades e dos seres humanos de outrora por homens e para os homens engajados na trama das sociedades humanas de hoje.

Engajados e presente na sociedade de hoje, a nossa preocupação é romper com as periodizações tão frequentes nas análises sobre o “Norte do Paraná” e não criar outra cronologia, pois acreditamos que fazer isso nos levaria a construir uma nova periodização, que também colocaria num determinado “trilho” toda uma memória, de alguma forma ausente do discurso histórico hegemônico.

O passado histórico não é o que é esquecido, mas aquilo que pode ser lembrado. Neste sentido, o passado está, na verdade exclusivamente contido no presente. Entretanto, só é possível lembrar-se daquilo que foi esquecido. Os historiadores agem como psicanalistas da espécie humana, na medida em que transformam o esquecido em lembrado.” (HELLER, 1993, p. 107).

Talvez como um “psicanalista”, de que nos fala Agnes Heller, estaremos trazendo à tona fatos históricos indesejáveis mas que representam uma parcela da realidade histórica que constitui esta região.

Esta posição nos coloca em confronto com aqueles que pretendem vigiar a reconstrução histórica, repondo sempre o mesmo discurso sobre o processo da nova ocupação desta região.

É nossa intenção deixar claro que há um controle sobre este lembrar, e um certo acordo tácito, por parte dos organizadores da memória histórica, para esquecer intencionalmente alguma coisa deste passado, que deixa ainda indelevelmente sinais no presente.

Pretendemos com isso partir do momento que estamos vivendo, e trazer fatos à lembrança, fatos relacionados com o

que está acontecendo, procurando demonstrar que eles ainda estão presentes, porque o que motivou esta ou aquela ação hoje ou no passado é a mesma que a motivou no passado ou hoje.

Para efeito de exemplificação, caberia levantar a questão da violência vinculada à questão das terras. Assim, contra um discurso que afirma que o processo da nova ocupação da região, hoje situada ao norte do estado do Paraná, foi uma ocupação pacífica, nos remete a um fato bem recente, em 1993, em que um fazendeiro contratou diversos “jagunços” para expulsar algumas famílias “bóias frias” que haviam invadido suas terras. Em nome do direito de propriedade, os contratados foram até o local e na tentativa de expulsar os ocupantes mataram um deles.

Este fato acima referido nos remete a um número bastante grande de situações similares no passado onde os ocupantes eram chamados de posseiros e os matadores de “limpa trilhos”, mas que faziam as mesmas coisas.

Para se entender estes acontecimentos é necessário pensar a questão da propriedade da terra e todos os processos que a envolvem, hoje ou ontem, e que estão unidos porque a propriedade na sociedade capitalista é o valor que está acima de todos os outros.

A situação em que vivem os índios hoje nesta região, em espaços restritos, determinados pelo governo, e mesmo assim, tendo frequentes invasões em suas terras, nos remete à vida de seus antepassados longínquos e recentes que viviam nestas terras e, como pouco a pouco, com a presença dos “colonizadores”, eles foram sendo exterminados, expulsos de suas terras, até serem confinados onde estão. Aí também estão presentes suas lutas, suas agonias e suas possibilidades de organização e vida que foram se constituindo e reconstituindo através de todo este tempo.

Naquele tempo haviam muitos homens, nem todos iguais entretanto; todos contavam histórias, nem todas iguais. Creio

que se torna necessário conhecer estas histórias, pois elas estão lá e aqui. Aqui, por conta de nossa vontade de contar o que se pretende silenciar, lá porque foram vivenciadas por homens, iguais ou diferentes de nós.

Referências

- ARIÉS, P. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Alves, 1989.
- BOSI, A. O tempo e os tempos. In: NOVAES, A. (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- CARDOSO, C. F. *Ensaio racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. (Basicamente o segundo ensaio: “O tempo das ciências naturais e o tempo da História”).
- ELIAS, N. *Sobre el tiempo*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- FEBVRE, L. Prefácio a Charles Morazé. “Trois essais sur Histoire et Culture”, A. Colin, Cahiers des Annales, 1948, p. VIII, apud CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- GLENISSON, J. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961. (Basicamente o cap. II – A História e o Tempo).
- HELLER, A. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. (Principalmente o cap. 2 da primeira parte: “Presente, passado e futuro”).
- WHITROW, G. J. *O tempo na história*. Concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

ABSTRACT:

This article is a reflection about the relationship between the time and the history, taking us to a discussion on the subjects of the chronology and of the periodization in the historiography. We will focus these subjects analyzing the aspects construction of historical-spatial memory of the colonization of the north of Paraná

KEY WORDS :

history, theory, temporality, spaciality, chronology